



Ata dos trabalhos da Reunião Extraordinária Remota (Virtual) da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia treze de agosto de dois mil e vinte, às dezesseis horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara, virtualmente, conforme Portaria nº 50, de 17 de abril de 2020, que “Estabelece diretrizes para a realização de sessão plenária remota (virtual) e dá outras providências”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a presença virtual de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião. Logo após, comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dez de março de dois mil e vinte e as Atas das Reuniões Remotas Virtuais dos dias vinte e quatro de abril, trinta de abril; seis de maio, quatorze de maio, vinte e um de maio, vinte e oito de maio; quatro de junho, dezoito de junho, vinte e cinco de junho; dois de julho, nove de julho, dezesseis de julho; seis de agosto de dois mil e vinte foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as Atas por dez votos. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) De Vitor Vinícius Sarti Barros, Secretário Municipal de Governo. Ofício GABIP nº 044/2020. Nova Lima, 20 de julho de 2020. Ao Senhor Presidente. Em resposta ao ofício 065/2020, de 20/06/2020, oriundo da Câmara, referente ao Projeto de Lei nº 1.944/2020, encaminha Comunicação Interna nº 518/2020, de 15/07/2020, subscrita pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas,



Débora Maria David da Luz. A Comunicação Interna nº 518/2020 também foi lida.

2) De Janaína Araújo P. Dias Barbosa, Diretora Direitos da Cidadania. DDC – OF nº 054/2020. Nova Lima, 29 de julho de 2020. Ao Senhor Presidente. Assunto: Carta resposta ao Sr. Fábio Brasileiro. Carta resposta, subscrita pelo Coordenador de Políticas para a Igualdade Racial, Welington da Silva Nascimento. 3) Do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Daniel Rodrigo Vieira Lima. Of. 046/2020 M. Data: 09/07/2020. A Vítor Penido, Prefeito do Município de Nova Lima e a Fausto Niquini, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima. Assunto: Processos de concessão de subvenções sociais, contribuições, auxílios financeiros e formalização de parcerias da administração pública e a obrigatoriedade de registro das entidades não governamentais que atendam crianças e adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para funcionamento. 4) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima. Ao Senhor Presidente. Nova Lima, 10 de agosto de 2020. Assunto: Desapropriação de área. Providências com relação à desapropriação da área Vila da Mata, localizada no Bairro Santa Rita, MG-030. 5) Do vereador Álvaro Azevedo, Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Lima. Ofício 008/2020. Nova Lima, 29 de julho de 2020. Ao Secretário Municipal de Saúde, José Roberto Lintz Machado. Assunto: Gratificação para servidores que atuaram no combate ao COVID-19. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de



Lei nº 1.955/2020, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 2.764/2020 para suplementação, em favor dos projetos de proteção social especial de média e alta complexidade, no valor que especifica”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.956/2020, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dá denominação a logradouro que menciona, além de outras providências” – Rua Júlio Pedrosa da Silva. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.957/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a interromper os descontos provenientes de empréstimos consignados dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, junto às instituições bancárias ou financeiras”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.958/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Estabelece medidas de proteção aos motoristas e colaboradores do sistema de transporte coletivo de passageiros na cidade de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei nº 1.959/2020, autoria dos vereadores Wesley de Jesus Silva e José Carlos de Oliveira, que “Institui o Programa ‘Direito na Escola’ no âmbito das escolas da rede pública municipal de Nova Lima”. Após leitura, vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero pedir ao vereador Boi e ao vereador Wesley de Jesus que façam uma análise nesse projeto antes de ele ser encaminhado, pois eu já tenho um



projeto de lei aprovado no início dessa legislatura que versa exatamente sobre esse tema: iniciação ao Direito e empreendedorismo. Então, assim, é lógico que eu acho que vai ficar redundante se a gente votar mais um projeto na mesma linha. Eu gostaria de pedir aos dois vereadores que analisassem antes que esse projeto fosse para as comissões”. Senhor Presidente: “vereadores Wesley e Boi”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu gostaria que a comissão, no parecer, informasse sendo objeto de outro projeto, eu retiro o projeto, acho que o vereador Boi não vai se opor a isso. Se já foi deliberado, a gente tem que cobrar do Executivo o cumprimento dele agora na matéria de Direito, porque empreendedorismo eu sei que já está sendo praticado, inclusive em Bicalho”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Wesley, o senhor me dá a palavra?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “sim”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero agradecê-lo e agradecer também a sensibilidade do vereador Boi. Depois, vocês dão uma olhada, vocês vão ver que é exatamente o mesmo tema. Eu fiz essa manifestação, eu acho que é uma contribuição muito grande para os alunos da nossa rede pública, mas realmente ficaria redundante. Eu fiz essa colocação só em função disso. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “o senhor está solicitando a retirada do projeto de pauta, é isso?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não, eu quero só que a comissão dê o parecer para saber se é o mesmo tema”. Senhor Presidente: “ok. Encaminho o Projeto de Lei 1.959/2020 à Comissão de Legislação e Justiça”. 6) Projeto de Lei nº 1.960/2020, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo,



Fausto Niquini Ferreira, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Flávio de Almeida, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover o pagamento mensal dos contratos administrativos de prestação de serviços de transporte que especifica, em decorrência da situação de emergência pública reconhecida pelo Executivo Municipal face à pandemia de coronavírus (COVID-19) e dá outras providências”. Após leitura, vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, esse assunto, na verdade, já foi inclusive tratado de forma parecida, mas não igual, por duas vezes recentemente por nós em sessão plenária, portanto é uma matéria de conhecimento dos senhores vereadores, nada de novo eu apresento. Eu apresento de forma técnica, jurídica diferente para que obviamente pudesse constar da pauta ainda nesse mesmo ano. Portanto, Presidente, eu gostaria de solicitar a vossa excelência que consultasse o Plenário para que, dito isso, a gente pudesse dispensar os pareceres das comissões e pudesse colocar em votação ainda hoje esse projeto porque, repito, nós já deliberamos sobre essa matéria por duas vezes. Se for do entendimento comum de todos, gostaria de fazer essa solicitação, Presidente”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Álvaro Azevedo para que façamos dispensa de pareceres das comissões e coloquemos esse Projeto de Lei 1.960 em primeira e segunda votação ainda hoje”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem. Eu acho prudente que nós façamos, como nas semanas anteriores, parecer conjunto. Aprovar um projeto de lei...”. Senhor Presidente: “está ruim o áudio. Vereador Wesley, eu não ouvi, está ruim o seu



áudio”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu sugiro nós fazermos parecer conjunto. Votar um projeto de lei sem ler é complicado. Como já tem sido adotado em outras matérias, em outras oportunidades”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Wesley para que faça parecer conjunto das comissões, Projeto de Lei 1.960. Os vereadores concordam? Será feito parecer conjunto no Projeto de Lei 1.960/2020”.

7) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.931/2020, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui a distribuição de kit merenda escolar para alunos matriculados na rede estadual de ensino no Município de Nova Lima, em decorrência da situação de emergência pública reconhecida pelo Decreto Municipal nº 10.008/2020 e do Decreto nº 113/2020 do Estado de Minas Gerais, face à pandemia de coronavírus (COVID-19) decretada pela Organização Mundial da Saúde e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira e Silvânio Aguiar Silva, para emissão de parecer. 8) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.935/2020, autoria dos vereadores Wesley de Jesus Silva e José Carlos de Oliveira, que “Inclui o inciso XI no artigo 20 da Lei Municipal nº 2.029, de 20 de dezembro de 2007, alterada pela Lei Municipal nº 2.618, de 26 de dezembro de 2017”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Carlos de Oliveira, Ederson Sebastião Pinto e José Guedes, para emissão de parecer. 9) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto



de Lei nº 1.936/2020, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio internet aos alunos das escolas da rede pública municipal e estadual”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Carlos de Oliveira, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo e Silvânio Aguiar Silva, para emissão de parecer. 10) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.949/2020, autoria dos vereadores Wesley de Jesus Silva, Alessandro Luiz Bonifácio, José Guedes, Éderson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, Tiago Almeida Tito, Fausto Niquini Ferreira, Silvânio Aguiar Silva, Flávio de Almeida e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder vouchers aos beneficiários que especifica e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Silvânio Aguiar Silva, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo e Flávio de Almeida, para emissão de parecer. 11) Projeto de Decreto Legislativo nº 385/2020, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. José de Souza Arruda”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, para emissão de parecer. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, deixe-me falar com o senhor, eu não posso fazer parte da comissão no Projeto 1.935, de Macacos, pois eu sou autor do projeto. Queria que o senhor nomeasse outro vereador”. Senhor Presidente: “depois eu



te substituo, Boi”. Vereador José Carlos de Oliveira: “o senhor me desculpe”. Senhor Presidente: “ok”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.951/2020, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Determina a disponibilização de acompanhante domiciliar especializado em educação para atendimento aos alunos da rede pública municipal diagnosticados com transtorno do espectro autista, no âmbito do município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Wesley de Jesus Silva como Relator da Comissão de Serviços Públicos Municipais, em substituição ao autor do projeto. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.952/2020, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Institui o ‘Bilhete Único Emergencial’ para os servidores das áreas de segurança pública, assistência social, serviço funerário e profissionais da área da saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde para a gratuidade de tarifa de transporte público durante o enfrentamento da COVID-19, no âmbito do município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Tiago Almeida Tito como Relator da Comissão de Serviços Públicos Municipais, em substituição ao autor do projeto. 3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.953/2020, autoria do vereador



Wesley de Jesus, que “Inclui o parágrafo único no art. 13 da Lei Municipal nº 34, de 14 de junho de 2016”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.954/2020, autoria do vereador José Guedes, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de outras providências” – Rua Aldo Barbosa de Souza. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 5) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.929/2020, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre a concessão pelo Poder Executivo a distribuição de álcool gel e máscaras para pessoas do grupo de risco em caso de doença infectocontagiosa, e de cestas básicas para pessoas diretamente afetadas em casos de decretação de estado de calamidade pública ou estado de emergência na cidade”. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do veto. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.917/2020, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar Silva e Tiago Almeida Tito, que “Reduz os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais como medidas de enfrentamento ao COVID-19 e dá outras providências”. Senhor Presidente: “ em primeira e única votação. Em discussão, em votação.



Vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “aprovado, dez votos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, não. Eu voto pela quebra do veto”. Vereador Éderson Sebastião Pinto: “eu voto pela quebra do veto”. Senhor Presidente: “vota pela quebra do veto?”. Vereador Éderson Sebastião Pinto: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “sim”. Senhor Presidente: “qual o outro que se manifestou? Com a palavra o vereador Kim”. Vereador Éderson Sebastião Pinto: “eu voto pela quebra do veto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem. Eu vou votar pela quebra do veto”. Vereador Flávio de Almeida: “Presidente, eu também voto pela quebra do veto”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu quero vista”. Senhor Presidente: “o vereador Coxinha pede vista? Já teve vista, vereador Coxinha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, é outra”. Senhor Presidente: “adiamento de votação?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “adiamento de votação, por favor”. Senhor Presidente: “cedido adiamento de votação do Veto ao Projeto de Lei nº 1.917/2020”. 2) Projeto de Lei nº 1.943/2020, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Autoriza o Poder Executivo a desenvolver plataforma virtual com a apresentação de artistas locais durante o período de isolamento social ocasionado pela pandemia de COVID-19”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “peço vista, Presidente”. Senhor Presidente: “cedida vista do Projeto de Lei nº 1.943/2020 a pedido do vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor



Presidente, pela ordem”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, antes que o senhor termine e aqui vou falar em nome dos trabalhadores da educação do município e só fazendo um adendo, eu percebi que a Secretaria de Educação não respondeu à solicitação que fiz referente ao processo administrativo da Janaína. A Janaína ganhou isso na justiça e a secretaria reabriu um processo administrativo com relação a ela e a gente pediu que a secretaria nos informasse sobre esse processo, já que ele esteve na Câmara na Comissão de Legislação e Justiça e a gente não teve resposta, no total desrespeito da secretaria. E gostaria também, Senhor Presidente, aqui é uma manifestação, que a Secretaria de Educação reavaliasse esse processo de entrega das cestas aos pais de alunos que estão nas escolas municipais. A gente tem inúmeros relatos da aglomeração na porta das escolas. O vereador Flávio, que é lá do Jardim Canadá, deve ter tido essa informação, que na última entrega de cestas para uma escola que é tão grande como a do Jardim Canadá, para uma escola que teve na creche, um servidor com COVID, tinha uma enorme aglomeração na porta da escola para essa entrega. Então, talvez, que a secretaria pudesse reavaliar esse processo de entrega, esse processo de utilização da mão de obra deles durante essa Pandemia, já que a gente está na onda vermelha, o comércio foi fechado e os professores estão sendo, de certa forma, obrigados a trabalhar, principalmente as serventes das escolas que estão trabalhando em regime de



vezamento, mas que estão, todos os dias, nas escolas, ou pelo menos, durante o período que elas estão revezando. Eu penso que falta um pouco de sensibilidade com esses profissionais e fica aqui a minha manifestação, que a administração pudesse reavaliar esse processo. Tenho certeza que o Soldado Flávio, que é muito atento lá no Jardim Canadá, deve ter tido a mesma reclamação que eu estou colocando aqui. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador, um aparte?”. Vereador Flávio de Almeida: “Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido e depois cedo o aparte também ao vereador Flávio de Almeida”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “aproveitando o gancho do assunto que o senhor está trazendo à tona, a questão da entrega das cestas, mas, de certa forma, a gente está tratando é das escolas municipais nesse período de isolamento que a gente está enfrentando, eu tenho recebido, de forma muito constante, reclamações de algumas professoras, de servidoras ligadas à Secretaria de Educação. E o senhor, vereador Silvânio, enquanto membro da Comissão de Educação da Câmara Municipal, solicitar ao senhor, ao vereador Alessandro que é o Presidente e ao vereador José Guedes, se não me engano, vice-presidente, o senhor é o relator, não é, Silvânio? Eu vou trazer aqui o assunto, vai ficar gravado e vai constar, obviamente, da Ata da reunião da Câmara, mas, caso contrário, eu posso encaminhar no Whatsapp do senhor depois. Algumas professoras me solicitaram o seguinte: que a Secretaria de Educação fornecesse a normativa ou decreto da Secretaria do Estado de Minas Gerais, lembrando



que esse documento é da Região Metropolitana A, a normativa ou decreto ou C.I., documento esse qual legaliza e formaliza a garantia das oitocentas horas/aula do aluno e não mais duzentos dias letivos, lembrando que a jornada acontece em quatro horas e trinta minutos, transparência no calendário de reposição, com as horas a serem trabalhadas, lembrando que trabalhamos fevereiro até dezesseis de março de 2020 e divulgação de tudo isso para os pais, responsáveis e, também, funcionários. Ou seja, a gente está falando aqui sobre a questão, realmente, do ano letivo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “da tratativa com os alunos. Parece que as professoras têm solicitado e não tiveram resposta, por isso me solicitaram aqui para fazer esse pedido no público. E, além de estar fazendo o pedido em reunião plenária, para constar da Ata, mas também invoco aqui a Comissão de Educação. E, para finalizar, várias serventes escolares também estão se queixando que estão se sentindo desprotegidas com a questão da provável contaminação pela COVID, porque estão tendo que ir para as escolas fazer as limpezas, auxiliar nas entregas das cestas básicas e, segundo elas, repito, segundo as informações que elas me trouxeram, a prefeitura não está se atentando para esses cuidados em relação a cada uma delas no local de trabalho. Então, eu faço esse apelo aqui também, de forma muito respeitosa, para que a prefeitura se atente para isso e, se realmente estiver acontecendo, que ela, em tempo hábil, corrija essa situação pelo bem de todos os servidores da comunidade escolar. Obrigado, Presidente. Obrigado, vereador Silvânio”. Vereador



Silvânio Aguiar Silva: “perfeito, vereador. Eu recebi a mesma reclamação. E, se o senhor, realmente, puder passar, vamos fazer isso através da comissão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu passo agora”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Flávio de Almeida”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, o vereador Silvânio já falou quase tudo e o vereador Álvaro terminou o discurso”. Senhor Presidente: “fechou”. Vereador Flávio de Almeida: “eu reuni com os servidores também da educação, com as nossas serventes e alguns professores, e as reclamações são essas mesmas. Acredito que a gente, formando um grupo, Álvaro e Silvânio, a gente fica mais forte e a gente pode trazer a resposta mais rápido, levando em consideração que somos vereadores de oposição e sozinhos, a gente é só mais um, mas juntos, a gente tem a força para fazer a defesa dos nossos profissionais da área de educação. Nesse momento de eleição, a gente tem que tomar muito cuidado, não é? Até mesmo na forma que a gente conduz para que as pessoas não falem que é só o momento eleitoral, não é? Acredito que a gente já faz a defesa do servidor há tantos anos, então, eu acho que juntos a gente fica mais forte. Não só eu acho esses três vereadores não. Eu acho que nesse momento, todos os vereadores da Câmara podem pegar isso como bandeira. A nossa intenção é trazer a solução, é resolver o problema. Obrigado, Presidente, canarinho”. Senhor Presidente: “falou, bigode”. Vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, pela ordem. Senhor Presidente, eu só quero deixar registrado, como a gente não está tendo a oportunidade de fazer as



moções de pesar, mas deixar registrada aqui a moção de pesar em decorrência do falecimento da dona Celina, uma moradora tradicional do bairro da Rua Nova. Para todos identificarem, ela é mãe do Cláudio Nicotina, do Bar do Nicotina, do lado da escola Emília de Lima. Ela descansou no dia de ontem e, também, a dona Maria José que é uma senhora do Alto do Gaia, avó da Grazielle, que infelizmente faleceu hoje e foi, realmente, para o descanso todas as duas. Pessoas muito referências nas suas comunidades, uma no Alto do Gaia, que é a dona Maria José, e a dona Celina na Rua Nova. E, por fim, eu quero dar os parabéns às mães, às Mães de Luta de São Sebastião das Águas Claras, de Macacos. Hoje está sendo entregue pela Vale a escola, a nova escola, que vai ter a primeira escola, a creche mais o ensino fundamental que não existia no mesmo ambiente, isso fruto da luta das mães, desde o dia que tocou a sirene da Vale em decorrência daquele possível rompimento das barragens B3 e B4. Não estou aqui para polemizar com ninguém, mas isso é fruto única e exclusivamente da mobilização dos moradores e principalmente das mães, porque a escola ficava, acho que, se não eu me engano, a quarenta metros da barragem, ia ser uma das primeiras a ser atingida e, então, essas mães se mobilizaram e conseguiram, com muita força, com muita garra, tomando muitas das vezes, muita carada, tendo que se sujeitar à votação, se voltavam ou não voltavam as aulas. Claro que as mães não iriam aceitar, nunca, colocar seus filhos em risco e, hoje, a comunidade de Macacos recebe, de uma compensação, nada mais é que uma compensação que a Vale está entregando para a comunidade que, realmente,



merece. Então, os méritos aqui às Mães de Luta, de São Sebastião das Águas Claras, em Macacos”. Senhor Presidente: “agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite, fiquem com Deus”._____